

FEIRAS LIVRES: UMA ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE RENDA AOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CHAPECÓ (SC)¹

Maralucia Chiarello

UNOCHAPECÓ / maluchi@unochapeco.edu.br

Rosemari Fátima Orlowski

UNOCHAPECÓ / rosemarif@yahoo.com.br

Gilmar Jorge Wackulicz

UNOCHAPECÓ / gwakulicz@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo principal deste artigo é analisar o reflexo sócioeconômico da comercialização de produtos nas feiras livres pelos agricultores familiares do município de Chapecó (SC), atividade esta que se constitui numa alternativa de geração de renda, bem como na busca da melhoria da qualidade de vida. As feiras livres no município de Chapecó (SC) são apontadas como uma alternativa para a reversão das conseqüências sociais desfavoráveis no meio rural, devido aos agricultores familiares comercializarem seus produtos diretamente aos consumidores, proporcionando assim um aumento na renda e promovendo inclusão social e econômica. O fato de os agricultores familiares buscarem diversificar as atividades ou até a pluriatividade que inclui atividades não-agrícolas, contribui para a manutenção do agricultor familiar no campo e neste sentido, colaboram para alcançar o desenvolvimento local e regional. O capital social é apontado como um dos fatores que contribuem para o efetivo desenvolvimento local e regional do município. O estudo teve como objetivo identificar as mudanças socioeconômicas apontadas pelos feirantes, a partir da comercialização nas feiras. Na análise dos dados constatou-se que na maioria são pequenas propriedades, pois 82,76% delas possuem até 20/ha. Os agricultores feirantes enfrentam dificuldades para se manterem nas propriedades devido a exigências sanitárias e ambientais e os elevados valores necessários para a manutenção das propriedades, o que aumenta os custos de produção. Foram apontadas dificuldades quanto à comercialização nas feiras como a concorrência dos mercados, a limitação de produtos que podem ser comercializados, as exigências sanitárias e infraestrutura das feiras. Mesmo diante das dificuldades, se observa um aumento da qualidade de vida das pessoas através da aquisição de bens e serviços, proporcionada pelo aumento da renda oriunda da comercialização. Ao mesmo tempo os agricultores citam que houve uma melhoria na qualidade de vida. Constata-se também que, as associações contribuem para a formação do capital social.

Palavras-chave: Agricultura familiar, feiras livres, comercialização

¹ Este artigo foi apresentado no '1 CONGRESO LATINOAMERICANO DE HISTORIA ECONÓMICA 4 JORNADAS URUGUAYAS DE HISTORIA ECONÓMICA' realizado em Montevideo UY, de 5 a 7 de dezembro de 2007.

1 Introdução

A agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo na propriedade, dando ênfase na diversificação da produção com a utilização do trabalho familiar, considera-se a agricultura familiar uma forma de produção importante por sua função ambiental, econômica e social. A forma de utilização da terra pode ter efeitos benéficos ou danosos ao meio ambiente. Sob o aspecto econômico, a agricultura familiar atua como meio de sobrevivência das famílias, em relação ao aspecto social ela pode garantir a melhoria na qualidade de vida das pessoas.

A agricultura familiar do Oeste Catarinense tem em sua base pequenas propriedades rurais sendo esta uma característica marcante que contribui para a identidade da região. O município de Chapecó (SC) está inserido neste contexto, haja vista que faz parte da desta região.

A agricultura familiar é vista por muitos estudiosos como um modo de produção econômica e social onde é possível obter uma boa qualidade de vida. A melhoria de qualidade de vida das pessoas pode ser obtida a partir de diversificação alimentar, obtenção de produtos com qualidade e geração de renda adicional.

Com o apoio à agricultura familiar e considerando que esta está na base econômica da região, bem como seus encadeamentos, busca-se também o impulso dos demais setores econômicos da região. O processo de desenvolvimento regional compreende a utilização de estratégias que impulsionam os setores estratégicos de uma região na busca da melhoria das condições de vida de seus habitantes. Uma vez valorizadas as potencialidades locais, aliam-se ao capital social para impulsionar o desenvolvimento local e regional. O capital social aparece como instrumento de colaboração na solução para dilemas de ação coletiva. Através das ações comunitárias e do engajamento da população local, pode este contribuir para o efetivo desenvolvimento.

A possibilidade dos agricultores familiares agregarem valor a seus produtos, bem como melhorar a renda e as condições gerais de vida de suas famílias, podem contribuir de forma decisiva para desencadear um processo de desenvolvimento local e regional.

Na região Oeste catarinense, em função de suas características (predominância da agricultura familiar), a discussão sobre um novo modelo de desenvolvimento tem sido realizada entre diferentes agentes sociais não-governamentais e governamentais, que através de projetos específicos e políticas públicas, tem buscado alternativas de viabilização para os agricultores familiares, como é o caso da comercialização em feiras livres no município de Chapecó (SC).

Destaca Badalotti (2004, p.1), que a parceria entre estes agentes constitui uma rede social que possui como princípios a cooperação agrícola, o desenvolvimento sustentável, a solidariedade entre os agricultores, a participação democrática, a auto-gestão, a busca de canais alternativos de comercialização, a busca de incentivo e crédito agrícola, a certificação e o reconhecimento dos produtos.

Segundo Cancelier et al (2005, p.5), em Chapecó, os agricultores familiares estão encontrando alternativas para se manter no campo. Apesar da maioria das propriedades serem pequenas (em média 20 ha), a diversificação da produção é prática comum para a maioria delas. O agricultor desenvolve diversas atividades em sua propriedade, objetivando manter a família e a propriedade, estas práticas estão possibilitando que o

produtor adquira renda e acredite ser possível o desenvolvimento a partir da pequena propriedade.

Segundo Tedesco et al. (1999, 95), “para melhorar o resultado da comercialização, o produtor rural deve eliminar o maior número possível de intermediários”. As feiras livres são alternativas de fortalecimento da agricultura familiar, com a venda direta os agricultores podem agregar valor aos seus produtos e obter preços melhores e assim aumentar suas rendas.

Diante deste contexto, este estudo visa identificar o impacto sócio-econômico gerado diante da comercialização nas feiras livres, observado pelos agricultores familiares do município de Chapecó (SC). A importância do estudo da comercialização de produtos nas feiras livres feita pelos agricultores familiares, envolve a questão da rentabilidade da atividade que oportuniza estruturar melhor a propriedade e a permanência na atividade agrícola. Desta forma, busca-se evitar a redução do êxodo rural, a evasão dos jovens, ao mesmo tempo em que o aumento da renda pode dar oportunidade a estes jovens de buscarem capacitação (cursos universitários ou técnicos) e aplicarem o conhecimento na melhoria das propriedades.

O trabalho está estruturado em quatro partes, sendo esta primeira a introdução, na segunda faz-se uma conceituação da agricultura familiar diversificada, capital social e sua importância para o desenvolvimento regional. A terceira parte apresenta um breve histórico das feiras livres no município de Chapecó (SC) e os resultados da pesquisa de campo. Por último, as considerações acerca dos resultados.

2 A agricultura familiar e o desenvolvimento regional

2.1 Agricultura familiar diversificada e a pluriatividade

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho onde os agricultores familiares dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilização do trabalho familiar. O tema é motivo de discussão por inúmeros estudiosos onde cada um, com base em suas concepções teóricas, busca melhor definir a agricultura familiar.

Lamarche (1997, p.15), caracteriza as propriedades familiares como unidades de produção nas quais a propriedade está intimamente ligada à família.

Para o Instituto CEPA/SC (2004, apud Cancelier, 2005, p.62) o termo agricultor familiar se refere aquele que explora parcela da terra na condição de proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro e atende simultaneamente aos seguintes requisitos:

- a) Utiliza o trabalho direto, seu e de sua família, podendo ter, em caráter complementar, até dois empregados permanentes e contar com a ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária o exigir;
- b) Não detenha a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais², qualificados

² **Módulo fiscal:** Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: · tipo de exploração predominante no município; · renda obtida com a exploração predominante; · outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e · conceito de propriedade familiar. É estabelecido para cada município, e procura refletir a área mediana dos módulos rurais dos imóveis do município. O Módulo Fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. ·

segundo a legislação em vigor;

- c) Tenha no mínimo 80% da renda familiar bruta anual originada da exploração agropecuária, pesqueira e/ou extrativista;
- d) Resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

Segundo Tedesco (1999, p.64-5) a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (1996) definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural feita pela família; o trabalho desempenhado na sua maior parte pela própria família; os fatores de produção pertencem a família (exceção, às vezes, da terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

O agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento. (TEDESCO, 1999, p.62).

A partir de suas características quanto à organização da produção e condição de manutenção da propriedade, alguns autores os classificam em diferentes categorias. Essas classificações são necessárias para que possa se estabelecer diretrizes e ações que levem ao desenvolvimento local, regional, bem como a integração dos agricultores com o mercado. Dentre estes autores pode-se citar Tedesco (1999) que classifica os agricultores familiares em consolidados, em transição e periféricos. Considera que é muito importante que os agricultores saibam sua posição dentro da classificação das propriedades familiares; que saibam se são consolidados, em transição ou periféricos, dessa maneira, poderão mudar sua posição, usando as políticas agrícolas que dêem o melhor resultado para seu sistema de produção, melhorando sua condição econômica e social.

Ainda segundo Tedesco (1999, p.33):

- a) os agricultores familiares consolidados são aqueles que possuem propriedade semi-especializadas e diversificadas (três a cinco atividades para obtenção da renda: culturas de lavouras de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura, olericultura, etc.) cujo proprietário mora na propriedade. São propriedades geralmente menores de 200/ha, com concentração próxima a 50/ha; usam alta tecnologia e geralmente recorrem ao crédito rural. Sua margem bruta³ (MB=RT-CV) supera dez salários mínimos por mês. São produtores mais esclarecidos.
- b) Os agricultores familiares em transição são aqueles que possuem propriedade com um nível de diversificação maior (três a seis atividades para obtenção da renda: culturas de lavouras de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura, olericultura, piscicultura, etc.) cujo proprietário reside na propriedade. São

Pequena – o imóvel rural de área compreendida entre 1(um) e 4(quatro) módulos fiscais; · Média Propriedade - o imóvel rural de área de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais.

³ Margem Bruta = Receita total - Custos variáveis.

propriedades geralmente menores de 100/ha, com concentração próxima a 20/ha; usam uma tecnologia média e utilização de crédito rural é menor e a renda fica entre cinco a dez salários mínimos por mês. São produtores de menor esclarecimento que os consolidados.

- c) Os agricultores familiares periféricos ou de subsistência são aqueles que possuem propriedade muito diversificadas (quatro a sete atividades para obtenção da renda: culturas de lavouras de verão e inverno, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura, olericultura, piscicultura, fruticultura, etc.) o seu proprietário mora na propriedade. São propriedades geralmente menores de 50/ha, com concentração próxima a 20/ha; usam baixa tecnologia, a utilização de crédito rural é inexistente e a renda fica abaixo de um salário mínimo por mês. São produtores de pouco esclarecimento.

Para Testa et al. (1996, p.25), estimativas baseadas em estudos representativos permitem concluir que no Oeste Catarinense:

- a) Apenas 36% dos cerca de 100 mil estabelecimentos agrícolas podem ser considerados viabilizados nas condições atuais (com renda da operação agrícola ROA⁴), maior de US\$ 4.200/família/ano, incluído o auto abastecimento);
- b) Outros 36% estão em franca descapitalização (com ROA entre US\$ 2.400 a 4.200/família/ano), mas que podem ser viabilizados, se forem adotadas medidas intensivas e urgentes de apoio (credito, assistência técnica, pesquisa de novas opções de atividades, etc), visando a adequação dos sistemas de produção;
- c) Os demais 28% são constituídos de famílias em exclusão (ROA entre US\$ 1.000 e 2.400/família/ano) ou estão na faixa da subsistência (com ROA de até US\$ 1.000/ano). Acredita-se que a maioria deste grupo dificilmente poderá ser viabilizada somente na atividade agropecuária, mesmo com medidas preconizadas.

Para Testa et al. (1996), a região Oeste Catarinense, dependente da agricultura, tem sido particularmente afetada pelo esgotamento dos recursos naturais, água e solo, através do uso inadequado de tecnologias voltadas à monocultura, em detrimento de sistemas diversificados, característicos da agricultura familiar dessa região.

Acrescenta ainda Testa et al. (2003, p.31), que a diversidade de atividades e a combinação delas sob diferentes formas dentro do estabelecimento agrícola se traduzem em produção diversificada na propriedade, sendo esta uma das características mais importantes para a viabilização da agricultura familiar.

A produção diversificada nas propriedades pode ser um elemento importante como forma de reprodução econômica e social, pois contribui para aumentar a renda e fixar os agricultores no campo. Dos estabelecimentos familiares do Brasil 44,10% são diversificados, segundo o Censo Agropecuário 1995/96.

Testa et al. (2003, p.30), afirma que, política e institucionalmente a agricultura familiar diversificada é a opção estratégica que melhor permite obter um alto grau de dinamismo, flexibilidade e competitividade econômica no atual contexto de mercados globalizados e diante de outras regiões concorrentes. Além disso, propicia

⁴ ROA = Renda bruta, menos os custos variáveis efetivamente desembolsados, menos a depreciação e menos os demais desembolsos efetivos (impostos, taxas, energia, etc), excluídos os investimentos.

sustentabilidade ambiental e equidade social. Isso decorre das seguintes características da agricultura familiar diversificada:

- a) Melhor aproveitamento da mão-de-obra e terra ao longo do ano;
- b) Maior capacidade de enfrentar riscos, decorrentes de variações nos preços dos produtos ou de influências climáticas e de pragas e doenças;
- c) Interação positiva entre atividade agrícolas, decorrente principalmente da agregação de valor e do melhor aproveitamento de subprodutos e resíduos na propriedade;

A interação desses fundamentos confere à produção familiar diversificada um alto grau de flexibilidade que se constitui num elemento central de competitividade, além de ser sustentável ambientalmente.

Ainda segundo Testa et al. (2003, p. 31) a diversificação nas atividades agrícolas é condição básica para a competitividade e para a sustentabilidade da produção primária regional. Na região oeste, as atividades agropecuárias podem ser agrupadas em:

- a) Já consolidadas (suinocultura, milho, feijão, soja, fumo e, avicultura)
- b) Em consolidação (bovinocultura de leite, erva-mate, piscicultura e laranja)
- c) Novas opções (fruteira diversas, reflorestamento, hortaliças, flores, chás, essências aromáticas e medicinais e pequenos animais, etc)

A pluriatividade é uma forma de gerar mais renda nas propriedades e tende a se desenvolver como uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas próximo dos mercados consumidores, ocorre através de atividades não-agrícolas, como agroindústrias familiares, produção de pães, massas e biscoitos, por exemplo.

Para Schneider (2003, p.91), a pluriatividade é entendida como uma característica típica dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis via processos de produção agropecuários ou em atividades exclusivamente agrícolas.

Como salienta Schneider (2003, p.74), é basicamente a partir do fim dos anos de 1980 e início da década de 1990, que as pesquisas sobre pluriatividade no meio rural brasileiro começam a se multiplicar. Salvo algumas exceções, as pesquisas realizadas no Brasil revelam que os agricultores têm recorrido à pluriatividade com o objetivo de complementarem suas rendas e, assim, garantirem a reprodução social de sua família.

Uma parcela significativa destes agricultores, busca a pluriatividade como uma forma de garantir a manutenção socioeconômica das propriedades.

2.2 A importância da agricultura familiar e do capital social para o desenvolvimento regional

A finalidade primordial da agricultura é a produção de alimentos e matérias-primas para atender as necessidades humanas. No conceito de Castro (2007, p. 1), " a agricultura é uma das atividades fundamentais da humanidade e que dela depende, entre outras coisas, a alimentação de que o homem necessita".

Conforme Olalde (2007, p.2), a agricultura familiar está relacionada com multifuncionalidade, que além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

Assim, de acordo com WANDERLEY (2002, apud Olalde, 2007, p.3), o meio rural, que ao longo do tempo era visto por muitos como fonte de problemas, atualmente aparece também como portador de soluções, vinculadas à melhoria do emprego e da qualidade de vida.

De acordo com DESER⁵ (1997, p.2), a agricultura é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Basta um pequeno incentivo à agricultura para que se obtenha respostas rápidas nos outros setores econômicos. Elaborar projetos de desenvolvimento municipal ou mesmo regional, baseado na agricultura sustentável e, principalmente, nos agricultores familiares, não é apenas uma proposta política para o setor rural, é uma necessidade e por que não dizer, uma condição de sobrevivência para a economia de um grande número de municípios brasileiros. É o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano, desencadeando o desenvolvimento regional.

O processo de desenvolvimento regional compreende a utilização de mecanismos que impulsionem os setores estratégicos de uma região na busca da melhoria das condições de vida de seus habitantes. Uma vez valorizadas as potencialidades locais, busca-se através da cooperação, da confiança e de uma maior integração da comunidade melhorar o capital social, impulsionando o desenvolvimento local e regional.

Para Moraes (2003, p. 127), a expressão “capital social” está relacionada com a ampliação teórica do termo “capital”. Este conceito procura dar mais significado à presença e à qualidade das relações para o desencadeamento do processo de desenvolvimento. O desenvolvimento regional está diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas em cada região ou território e revela-se um poderoso determinante das disparidades de desenvolvimento socioeconômico.

Segundo PUTMAN (2000, apud Moraes, 2003, p.128), capital social é o conjunto de características da organização social onde se inclui as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação. O capital social quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultam no benefício para toda comunidade.

O capital social deve ser levado em consideração para realização do efetivo desenvolvimento local e regional. Através das ações comunitárias e do engajamento da população local, pode-se criar as condições necessárias ao envolvimento de toda a comunidade, num sentido de pensar no bem estar comum, deixando de lado o individualismo.

Segundo Altieri (1998, p.17), para serem eficazes as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas.

⁵ Departamento Sindical de Estudos Rurais.

Souza Filho (2007, p.5), cita que uma estratégia política de desenvolvimento regional não pode se ater somente em ações de cunho ortodoxo, como linhas de créditos, incentivos fiscais ou de investimentos na formação bruta de capital fixo. Ela deve também, e fundamentalmente, procurar manter e ampliar o estoque de capital social em sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social e estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns.

3 As feiras no município de chapecó (sc) e o impacto sócioeconômico para os agricultores feirantes

3.1 O município de Chapecó (SC) e as feiras livres

O município de Chapecó está localizado na região oeste de Santa Catarina e se destaca por apresentar acelerado crescimento populacional e econômico. Segundo a Prefeitura Municipal de Chapecó (SC), a população do município cresceu 26,11% entre 1996 a 2004 e seu PIB apresentou aumento de 264,46% no mesmo período. Estima-se uma população de mais de 170 mil habitantes em 2007, sendo 93% urbana e 7% rural.

Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2005), o município de Chapecó conta com 2.185 empresas nos segmento comercial, 1.753 no setor de serviços, tem 529 indústrias, 234 empresas no setor da construção civil e 190 no setor agropecuário e extração. Esses setores empregam 43.589 pessoas, sendo que o setor que mais emprega é o de serviços com 14.737 empregados seguido pela indústria com 13.798 empregados e o comércio com 12.068 vagas. Pode-se dizer que estes setores possuem participação decisiva no desenvolvimento econômico e social do município através da geração de emprego e renda.

Quanto ao setor primário, no que tange a produção agropecuária, o município de Chapecó possui características semelhantes ao restante da região. A estrutura fundiária do município é constituída essencialmente por agricultores familiares com pequenas propriedades. Do total de 1.837 estabelecimentos rurais, 92% deles são pequenas propriedades onde a organização produtiva segue as características da agricultura familiar, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1. Estrutura Fundiária no município de Chapecó – SC no ano de 1996.

Estrutura Fundiária (Ha)	Propriedades	% da Área
Menos de 5	416	22,65
05 à 09	406	22,10
10 à 19	539	29,34
20 à 49	363	19,76
50 à 99	77	4,19
100 à 199	25	1,36
200 a mais	11	0,58
TOTAL	1.837	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó (1996).

Para Testa (1996, p.59), a predominância de solos declivosos e pedregosos dificultou a estruturação de grandes propriedades, propiciando o desenvolvimento da agricultura familiar diversificada na região oeste catarinense.

Conforme Meister (2001, p.19), a agricultura familiar é determinante em Chapecó, a maioria dos estabelecimentos rurais são familiares, cultivando os mais variados produtos para sua subsistência e comercialização. A produção é em pequena escala, por isso muitos estão excluídos das integrações e das grandes cooperativas.

Segundo Carminatti (2005, p.11), são grandes os desafios para os pequenos agricultores, que buscam o aumento da competitividade dos seus sistemas de produção, o qual passará necessariamente pelo melhor aproveitamento dos insumos disponíveis nas propriedades, diminuindo a dependência externa. Para isso, terá que desenvolver tecnologias adaptadas a essa realidade, a qual só será possível através da criatividade, organização e assessoria técnica ao agricultor.

Dentro dessa linha de discussão que considera necessária a busca de alternativas para que os pequenos agricultores familiares possam tornar suas atividades viáveis economicamente, visando a reprodução social, há alguns anos os agricultores contam com a possibilidade de comercializarem seus produtos junto às feiras livres, localizadas no município de Chapecó.

As feiras coloniais do município de Chapecó se configuram como alternativas ao pequeno produtor e fazem parte da realidade e da identidade do município. Câmara (2004, apud Cancelier et al., 2005, p.7) destaca que as feiras de produtos coloniais iniciaram suas atividades no município de Chapecó em 1997⁶, nesta fase as condições eram precárias, faltava infra-estrutura, a localização da feira não favorecia as vendas e não existiam incentivos públicos.

Destaca ainda Câmara (2004, apud Cancelier et al., 2005, p.7) que em 1998 uma parceria do poder público local com os agricultores feirantes e com o apoio da população urbana, iniciou-se o processo de criação do espaço da feira para comercialização de produtos agropecuários no centro da cidade, contando com infra-estrutura adequada, foram instaladas 26 bancas e mais de 60 famílias beneficiadas. A partir de 1999 as feiras passaram a comercializar também nos bairros, onde são instaladas de 8 a 10 bancas em média.

É fornecida uma listagem para os agricultores feirantes com dois valores para cada produto. Um deles é o preço médio menos 20%, o outro é o menor preço dentre quatro pesquisados para cada produto, desconsiderando as promoções que tornam o preço abaixo do custo. Recomenda-se aos agricultores feirantes que seu preço de venda na banca esteja abaixo dos valores citados anteriormente.

A Tabela 2 apresenta as quantidades de alguns produtos comercializados nas feiras do município de Chapecó, no ano de 2004.

⁶ Os agricultores familiares feirantes informaram que as feiras existem informalmente a mais de 20 anos em Chapecó(SC).

Tabela 2 – Volume comercializado nas feiras livres de Chapecó, em 2006.

Produtos	Total comercializado (Kg/mês)
Pães, biscoitos e massas	4.200
Hortaliças	90.000
Carne e derivados	12.000
Queijo	10.000
Mel	250

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2004.

Os feirantes cotam com um estatuto que possui entre suas disposições a organização e orientação dos produtores quanto às variedades e quantidades de produtos a serem produzidos e comercializados, fornecer produtos de qualidade e evitar intermediários na comercialização, promover a capacitação e buscar alternativas de organização e planejamento da produção agropecuária.

3.2 Resultados da pesquisa junto aos agricultores familiares feirantes

A pesquisa teve como foco central analisar o impacto sócio-econômico observado pelos agricultores familiares com a comercialização de produtos nas feiras livres do município de Chapecó (SC), como alternativa ao desenvolvimento local e regional.

Atualmente existem no município 10 pontos de feira, com 99 agricultores feirantes diretos, porém o número de agricultores que indiretamente estão ligados às feiras é superior à 200 famílias.

Tabela 3. Locais de feira, número de feirantes e entrevistas realizadas.

Local da feira	Feirantes	Entrevistas realizadas
Bela Vista	06	02
Centro I	25	06
Centro II	30	07
Cristo Rei	06	02
Jardim América	07	02
Jardim do Lago	04	02
Passo dos Fortes	04	02
Santo Antonio	05	02
São Cristóvão	07	02
Unochapecó	05	02
Total	99	29

Fonte: Prefeitura Municipal de Chapecó – Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (2007).

Os dados primários foram obtidos através de questionários aplicados diretamente junto aos agricultores familiares feirantes do município de Chapecó (SC). A amostra foi definida estatisticamente e foram aplicados 29 questionários/entrevistas semi-estruturados entre os dias vinte e oito de maio a oito de junho do ano de dois mil e sete (28/05 a 08/08/2007), foram visitados e pesquisados todos os pontos de feira do município.

3.2.1 Perfil dos agricultores feirantes

Foi possível constatar que dentre os agricultores familiares feirantes do município de Chapecó (SC), 44,83% tem entre 39 e 48 anos de idade e 27,59% tem entre 49 e 58 anos, cabe salientar a pequena participação de jovens e idosos na atividade.

No que diz respeito à escolaridade, 37,93% dos agricultores familiares feirantes tem o 2º grau completo, enquanto que 31,03% contam apenas o 1º grau incompleto e 20,69% tem o 1º grau completo, com nível superior completo, analfabetos e 2º grau incompleto foram 3,45% dos entrevistados.

Buscou-se também conhecer o tamanho das famílias dos agricultores, onde a grande maioria, ou seja, 68,97% têm de 2 a 3 filhos, e 68,97% tem filhos em casa, morando juntos, o que é explicado, em parte, por serem filhos com idade entre 0 e 21 anos. Foi constatado que todos os filhos em idade escolar estão em nível de escolaridade compatível com a idade. O restante dos entrevistados, ou seja, 31,03% não possuem mais nenhum filho residindo junto a família na propriedade.

Quanto aos membros da família que trabalham na propriedade, através da Tabela 4 é possível observar que 55,17% das propriedades tem de 1 a 3 pessoas da família que trabalham no estabelecimento, enquanto que 37,93% tem de 4 a 6 pessoas e 6,90% de 7 pessoas ou mais.

Tabela 4. Número de pessoas da família que trabalham na propriedade.

Pessoas que trabalham na propriedade	Total de entrevistados	Participação percentual
1 a 3	16	55,17
4 a 6	11	37,93
7 a 9	2	6,90
10 ou mais	0	0,00
Total	29	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A mão-de-obra contratada é utilizada por 55,17% das propriedades, sendo que são contratadas de 1 a 2 pessoas, porém essa mão-de-obra é esporádica e utilizada por agricultores familiares feirantes que dispõem de poucos membros da família trabalhando na propriedade.

A partir da informação de que as propriedades rurais do município de Chapecó, bem como de toda região tem por característica as pequenas extensões, buscou-se identificar o tamanho das propriedades dos feirantes, conforme indica a Tabela 5.

Tabela 5. Tamanho das propriedades.

Tamanho da propriedade/ha	Total de entrevistados	Participação percentual
1 a 10	17	58,62
11 a 20	7	24,14
21 a 50	5	17,24
51 ou mais	0	0,00
Total	29	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Segundo a tabela 5, 58,62% das propriedades dos feirantes entrevistados possuem de 1 a 10/ha, enquanto que 24,14% tem entre 11 a 20/ha e o restante, 17,24% tem 21 a 50/ha, o que nos dá o indicativo de que são na maioria pequenas propriedades.

3.2.1 Produção e renda das propriedades dos agricultores feirantes

Foi possível constatar que a diversificação da produção está presente nas propriedades e é vista pelos agricultores familiares feirantes entrevistados como uma alternativa de sobrevivência na propriedade.

Tabela 6. Atividades desenvolvidas na propriedade por tipo.

Atividades desenvolvidas na propriedade	Frequência	Participação percentual
Apicultura	7	24,14
Criação de suínos	15	51,72
Criação de aves	14	48,28
Criação de gado leiteiro	14	48,28
Criação de gado de corte	2	6,90
Fruticultura	18	62,07
Hortaliças	19	65,52
Panificados (pães, biscoitos e massas)	4	13,79
Produção de milho	17	58,62
Produção de soja	1	3,45
Produção de feijão	5	17,24
Outros	5	17,24

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

As atividades desenvolvidas na propriedade são mostradas na Tabela 6, onde se destaca a produção de hortaliças, presente em 65,52%, a fruticultura com 62,07%, seguidas pela produção de milho em 58,62% das propriedades. A criação de suínos é praticada em 51,72%, a criação de aves e gado leiteiro está presente em 48,28% das atividades dos estabelecimentos.

Outra informação relevante obtida junto aos agricultores feirantes foi quanto à renda mensal da propriedade.

Tabela 8. Renda total bruta mensal da propriedade.

Renda total bruta da propriedade (R\$/mês)	Total de entrevistados	Participação percentual
500,00 a 1.000,00	4	13,79
1.001,00 a 3.000,00	9	31,03
3.001,00 a 5.000,00	5	17,24
5.001,00 a 7.000,00	2	6,90
7.001,00 a 9.000,00	2	6,90
9.001,00 a 11.000,00	0	0,00
11.001,00 a 13.000,00	1	3,45
13.001,00 a 15.000,00	4	13,79
15.001,00 a 20.000,00	0	0,00
20.001,00 a 25.000,00	0	0,00
25.001,00 a 30.000,00	2	6,90
30.001,00 ou mais	0	0,00
Total	29	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Analisando os dados da Tabela 8, percebe-se que 31,03% dos agricultores familiares feirantes têm a renda total bruta mensal da propriedade entre R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00, em 17,24% dos entrevistados a renda fica entre R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00, enquanto que rendas entre R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 e R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00 aparecem em 13,79% das propriedades. Em apenas 6,90%, ou seja, 1 propriedade a renda fica entre R\$ 25.001,00 a R\$ 30.000,00. É possível identificar que 62,09% das propriedades possuem renda total bruta de no máximo R\$ 5.000,00 mensais.

Quanto à participação das feiras na composição da renda da propriedade, os dados da Tabela 9 mostram que, para 24,14% dos agricultores familiares feirantes, a feira responde por 31 a 40% da renda total bruta e para 20,69% a feira responde por 21 a 30% da renda.

Tabela 9. Percentual sobre a renda total bruta correspondente a comercialização dos produtos nas feiras livres.

Percentual sobre a renda total bruta	Total de entrevistados	Participação percentual
1 a 20	3	10,34
21 a 30	6	20,69
31 a 40	7	24,14
41 a 50	3	10,34
51 a 60	0	0,00
61 a 70	3	10,34
71 a 80	0	0,00
81 a 90	1	3,46
91 a 100	6	20,69
Total	29	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se que 20,69% dos estabelecimentos tem de 91 a 100% da renda oriunda da feira, ou seja, são especializados na produção de produtos destinados à comercialização nas feiras.

A pesquisa mostrou que existem, desde agricultores que dependem de apenas 20% da renda das feiras, como também agricultores que dependem totalmente da comercialização nas feiras livres. Segundo relatos de feirantes entrevistados, antes de comercializar os produtos nas feiras, alguns dependiam da família, outros trabalhavam como empregados assalariados ou possuíam suas rendas inferiores proporcionalmente ao valor indicado na tabela. Pode-se constatar que os valores agregados com a comercialização nas feiras, contribuíram para aumentar suas rendas, pelo fato de não ter sido uma substituição de atividade mas uma agregação de atividade que gerou uma renda maior.

3.2.3 A comercialização nas feiras

Uma importante constatação é de que 86,21% dos feirantes pesquisados comercializam em outros locais além das feiras (mercados, restaurantes, nas ruas e para merenda escolar).

Outra informação relevante é com relação ao tempo que esses agricultores vêm comercializando em feiras. Os agricultores familiares feirantes que estão comercializando nas feiras livres de 8 a 10 anos representam 34,48% e 31,03% estão de 5 a 7 anos, já 27,59% deles comercializam entre 2 a 4 anos e apenas 6,90% há no máximo 1 ano.

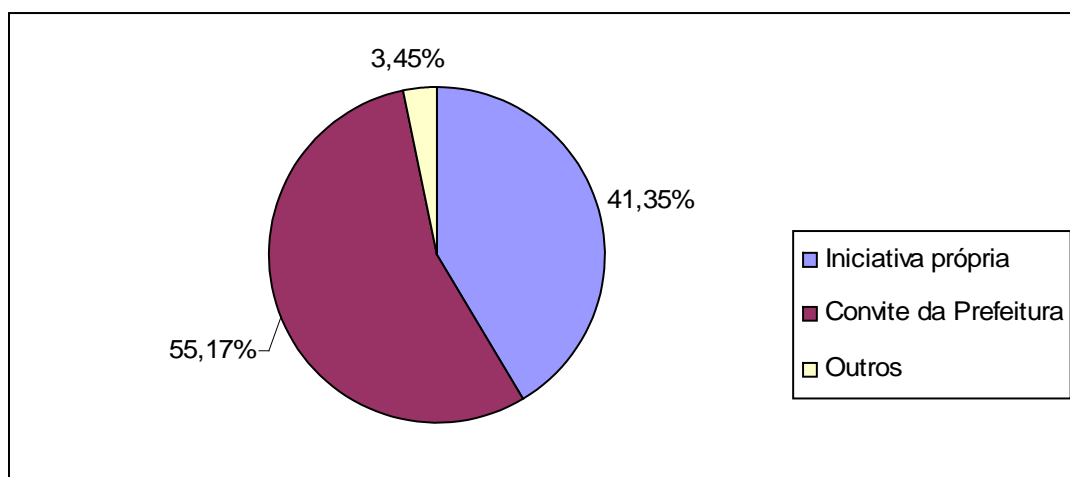
Tabela 10. Há quanto tempo comercializam nas feiras.

Tempo de Comercialização	Total de entrevistados	Participação percentual
Até 1 ano	2	6,90
2 a 4 anos	8	27,59
5 a 7 anos	9	31,03
8 a 10 anos	10	34,48
Total	29	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Isso demonstra que os agricultores familiares feirantes estão consolidados na atividade. Após verificar a tempo, procurou-se identificar o que motivou os agricultores familiares feirantes a iniciarem na atividade.

Figura 1. O que motivou os agricultores familiares a iniciarem a comercializarem nas feiras.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A Figura 1 indica que um percentual de 55,17% dos agricultores familiares feirantes iniciaram na atividade pelo convite da Prefeitura Municipal de Chapecó, através da Secretaria da Agricultura, enquanto 41,38% por iniciativa própria na busca de uma aumento na renda da família, 3,45% começaram participar por outros motivos, neste caso especificamente pelo convite de um vizinho que já era feirante. Desta forma pode-se concluir que o poder público desempenhou importante papel na estruturação das feiras no município.

Constata-se através da Tabela 11, que existe grande diversidade de produtos comercializados, mas as frutas e leguminosas são as mais vendidas.

As frutas são comercializadas por 48,28% dos feirantes, as leguminosas (feijão, ervilha, lentilha e soja) por 37,93% dos agricultores, seguidos dos produtores de legumes (abóbora, abobrinha, batata, beterraba, cenoura, chuchu, etc) e hortaliças (alface, chicória, almeirão, rúcula, etc) com 34,48%.

Os demais produtos como carnes, queijos, ovos, mel entre outros, apesar de significativos, são comercializados por menor número de agricultores.

Tabela 11. Quais os produtos comercializados nas feiras livres.

Produtos comercializados	Total de entrevistados	Participação percentual
Panificados (Paes, biscoitos e massas)	4	13,79
Hortaliças	10	34,48
Carne e derivados	7	24,14
Leite	7	24,14
Queijo	8	27,59
Mel	4	13,79
Peixes	2	6,90
Ovos	6	20,69
Frutas	14	48,28
Legumes	10	34,48
Leguminosas	11	37,93

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Constatou-se que cerca de 62,07% dos agricultores feirantes realizam algum tipo de industrialização nas propriedades e 37,93% não realizam nenhum processo industrial. Conforme Testa et al (2003, p.90) a agroindustrialização familiar é uma importante estratégia de agregação de valor à produção, individualmente ou em grupos de agricultores especialmente para aqueles que tem menor disponibilidade de terra e ociosidade de mão-de-obra.

Entre os agricultores que realizam industrialização nas propriedades, 51,72 % deles utilizam matéria-prima produzida na própria propriedade para industrialização, enquanto que 37,93% recebem de terceiros que pode ficar entre 20% e 100% da matéria-prima. Isto indica a participação de terceiros de forma indireta, mas que contribui para a formação de renda na agricultura familiar.

3.2.4 Dificuldades identificadas pelos feirantes

A pesquisa junto aos agricultores familiares feirantes, também identificou os problemas encontrados pelos agricultores para se manterem nas propriedades rurais, entre as maiores dificuldades podem ser apontadas: alto preço dos insumos, o preço das sementes, baixo preço de venda, falta de incentivos do poder público, muitas exigências sanitárias e ambientais, dificuldade para adquirir mais área de terra e assim aumentar a produção, falta de seguro agrícola, entre outros.

Além das dificuldades para se manterem na propriedade, os agricultores apontaram os problemas ligados diretamente à comercialização nas feiras, conforme podem ser observadas na Tabela 12. A concorrência dos mercados, as reclamações dos

consumidores quanto ao preço e o espaço físico das feiras foram citadas como dificuldades, além de outros problemas como: falta de área para estacionamento na feira Centro I, falta de divulgação das feiras, o pequeno tamanho das bancas que dificulta a distribuição dos produtos, exigências sanitárias e a limitação dos produtos a serem comercializados que são determinadas pela Secretaria Municipal da Agricultura que coordena as feiras livres.

Tabela 12. Dificuldades enfrentadas pelos Agricultores Feirantes para comercializarem os produtos nas feiras livres.

Dificuldades enfrentadas	Total de entrevistados	Participação percentual
Não tem dificuldades	4	13,79
Baixo preço de venda dos produtos	2	6,90
O consumidor considera o preço alto	4	13,79
A concorrência dos mercados	6	20,69
Dificuldades de transporte	1	3,45
Falta de bancas	3	10,34
Espaço físico	4	13,79
Localização das feiras	1	3,45
Outros	21	72,41

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Como sugestões para de melhorias nos locais de feira, os produtores citam a efetivação do projeto de reestruturação da feira Centro I e maior divulgação das feiras.

A luta por melhorias no desenvolvimento das atividades ligadas às feiras pode obter maior sucesso através da união e organização dos agricultores familiares feirantes por intermédio das associações. Neste sentido procurou-se identificar se eles estão associados a alguma entidade, constatou-se que 86,21% dos entrevistados estão associados a APROFEC (Associação dos Produtores Feirantes do Município de Chapecó), 44,83% a COOPERFAMILIAR, 34,48% estão associados a APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense), 6,90% à Associação dos Aqüicultores e 3,45% associados a Apicultores.

Os agricultores destacaram a atuação da APROFEC e da APACO na promoção de treinamentos e viabilização das questões burocráticas, contabilidade, rotulação, tabela nutricional e veterinário. Através de parcerias das associações com a prefeitura municipal é viabilizada a aquisição de materiais necessários para reformas ou melhorias nos locais de feiras. No segmento da apicultura apenas a associação dos Apicultores tem atuado. A COOPERFAMILIAR tem intermediado o projeto do governo federal de Compra Direta.

A opinião dos feirantes quanto à atuação do poder público no sentido de incentivar e manter as feiras livres não é consenso, existem diferentes pontos de vista quanto ao assunto. Para alguns agricultores a participação pública é tímida, pois poderia contribuir mais principalmente na questão da divulgação das feiras, questões pontuais como a reforma da feira Centro I, condições das estradas que dificultam o transporte até os pontos de comercialização, a administração pública atual é considerada menos atuante

que a anterior. Para os entrevistados, o poder público poderia amenizar as exigências sobre os produtos industrializados principalmente a questão de manter um Veterinário que dê assistência permanente na propriedade.

Já na opinião de outros entrevistados, o poder público tem atuado ativamente pois fornece os locais para comercialização se responsabilizando pelo aluguel, auxilia com parte de material quando solicitado para reformas ou melhorias. Alguns destacam que o poder público atua quando procurado.

3.2.5 Melhorias obtidas a partir da comercialização nas feiras

A opção de comercialização nas feiras, surgiu como uma alternativa de geração de renda para os pequenos agricultores. Neste sentido, a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, bem como as mudanças ocorridas nas propriedades foram levantadas pela pesquisa.

Segundo a Tabela 13, pode-se dizer que de modo geral, a comercialização de produtos nas feiras livres tem dinamizado a economia nas propriedades, pois 71,41% investiram em equipamentos, 62,07% em máquinas e apenas 17,24% não realizaram melhorias.

Tabela 13. Melhorias nas propriedades.

Melhorias	Total de entrevistados	Participação percentual
Não ocorreram melhorias	5	17,24
Aquisição de máquinas	18	62,07
Aquisição de equipamentos	21	71,41

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Quanto à mudanças na qualidade de vida das pessoas da família, esta foi considerada não somente em termos de renda, mas também educação, saúde, moradia e lazer, entre outras.

Tabela 14. Melhorias na qualidade de vida identificadas pelo Agricultores Feirantes.

Melhorias identificadas	Total de entrevistados	Participação percentual
Não ocorreram melhorias	2	6,90
Educação	8	27,59
Melhorias na moradia	23	79,31
Renda	26	89,66
Saúde	7	24,14
Aquisição ou troca de automóvel	20	68,97
Aquisição de eletrodomésticos	11	37,93

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 14, que após o início da comercialização de produtos nas feiras, 89,66% dos agricultores familiares feirantes obtiveram melhoria na renda, 79,31% construíram ou reformaram as moradias, 68,97% adquiriram ou trocaram automóveis, 37,93% compraram eletrodomésticos, 27,59% tiveram melhorias da educação (ensino básico, ensino para jovens e adultos e ensino superior) e 24,14% em saúde, principalmente no aspecto odontológico.

4 Considerações finais

A pesquisa revelou que a maioria dos feirantes possui 2º grau completo e idade superior a 39 anos, o que pode ser um indicativo do envelhecimento da população rural. O pequeno número de filhos por família revela que a taxa de natalidade nas áreas rurais vem diminuindo bem como o aumento do êxodo rural. A diversificação de produção tem presença significativa nas propriedades dos entrevistados, indicativo de que estão buscando agregar valor e aproveitar melhor a propriedade.

Dentre as principais reclamações dos feirantes está a dificuldade enfrentada para a industrialização dos produtos, devido a falta de legislação sanitária e ambiental específica aos pequenos produtores. A falta de mecanismos que favoreçam a aquisição das terras por agricultores familiares da região, pouca assistência técnica e capacitação em pesquisas voltadas para a agricultura familiar, reduzido número de técnicos/extensionistas rurais designados pelo poder público, são aspectos que dificultam o aumento da produção.

Desta forma, é fundamental definir estratégias através de políticas públicas para estimular a desenvolvimento de pesquisas, métodos e tecnologias voltadas à realidade da pequena agricultura, principalmente no que se refere a máquinas e implementos agrícolas e de tecnologias não-agressoras ao meio ambiente e à saúde, bem como, apoiar o desenvolvimento de pequenas agroindústrias rurais.

Foi possível identificar a satisfação dos feirantes com a atividade, pois a comercialização direta ao consumidor cria um vínculo de amizade entre eles, gerando uma rede social, e também a inexistência de intermediários que beneficia tanto os feirantes quanto os consumidores.

Constatou-se que mesmo entre os feirantes, ocorre considerável desigualdade de renda e que os agricultores que participam de alguma associação demonstram satisfação com relação às questões pertinentes de solução coletiva, observou-se que os feirantes que participam ativamente de reuniões e treinamentos possuem senso crítico e de responsabilidade com o grupo, maior que os demais.

Outro aspecto importante diz respeito às mudanças positivas ocorridas na qualidade de vida e nas propriedades, o que dá indícios de que as condições econômicas e sociais vêm apresentando melhorias.

Os resultados desse trabalho confirmam que é importante incentivar e manter as feiras livres no município de Chapecó (SC), pois elas contribuem consideravelmente para o efetivo desenvolvimento local e regional, devido principalmente pelo fato de incentivarem a manutenção do agricultor no campo, onde é possível obter uma boa qualidade de vida, mas para que isso ocorra, faz-se necessário um olhar mais atencioso do poder público com relação às questões críticas apontadas neste estudo.

6. Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel (1998). **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS.

BADALOTTI, Rosana Maria; KAMINSKI, Rodrigo (2004). **Alternativas de viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense - estudo comparativo entre o caso da Cooperfamiliar (Cooperativa alternativa da agricultura familiar) e a APROFEC (Associação dos produtores feirantes de Chapecó)**. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Disponível em:

http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_3632.html - Acesso em: 19 Abr. 2007

CANCELIER, Janete Webler; CAMPOS, Nazareno José De; BERTOLLO, Valdecir Luiz (2005). **Agricultura familiar: Possibilidades e estratégias re reprodução; O caso de Chapecó – SC** (III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

CARMINATTI, Leia (2005). **Os significados da Equidade e Justiça Social para os Feirantes da Feira de Produtos Agroecológicos e coloniais da Unochapecó**. Monografia (Conclusão do Curso de Serviço Social) Universidade Comunitária Regional de Chapecó.

CASTRO, Moysés Araújo. **Importância da agricultura para o desenvolvimento regional**. Disponível em: <http://www.geografia.uema.br/re/2003nov/06agric.htm> - Acesso em: 19 jun. 2007.

DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais) **Municipalização – Diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas**, 1997. Disponível em: <http://qipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/deser97-1.pdf> - Acesso em: 19 jun. 2007.

LAMARCHE, Hughes (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: FUCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1993-1998.

MEISTER, Janaina M (2001). **Estudo sobre os Impasses Encontrados pelos Agricultores Familiares Feirantes de Chapecó para ampliar a produção orgânica**. 2001. 58 f. Monografia (Conclusão do Curso de Agronomia) Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual..de informações sociais – In: Banco de Dados do Curso de Ciências Econômicas**. UNOCHAPECÓ. 2007.

CORREA, Silvio Marcus de Souza (org.) **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 336p.

NOTTAR, Luiz Alberto (2006). **Histórico das feiras Chapecó – Prefeitura Municipal de Chapecó**. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Editora [s. n.] Chapecó.

OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. Acesso em 19 jun. 2007

Prefeitura Municipal de Chapecó. **Secretaria da Agricultura e Abastecimento**. Disponível em: <http://www.chapeco.sc.gov.br/upload/diversos/Banco%20de%20Dados-142752.doc>> Acesso em 29 nov. 2006.

PRONAF – **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. Disponível em: http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas.htm) Acesso em: 12 abr. 2007

SCHNEIDER, Sergio (2003). **A pluratividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS. 254p.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação**. Disponível em: <http://nutep.ea.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html> - Acesso em 23 mai. 2007

TEDESCO, João Carlos (Org.) (1999). **Agricultura familiar: Realidades e perspectivas**. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF. 405p.

TESTA, Vilson Marcos; NADAL, Raul de; MIOR, Luiz Carlos; BALDISSERA, Ivan Tadeu; CORTINA, Nelson (1996). **O Desenvolvimento Sustentável do Oeste Catarinense** (Proposta para discussão) Florianópolis: EPAGRI. 247p.

TESTA, Vilson Marcos (2003). **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do oeste catarinense**. 1. ed. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural. 130 p.